

Nota de Repúdio à audiência para o tratamento de homossexualidades

Nós, do Grupo de Trabalho Sexualidades, Política e Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), vimos afirmar nosso repúdio às audiências públicas, incluindo o PDC 234/11 de autoria do Deputado João Campos (PSDB-GO), que visam desconsiderar ou por fim à resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que não só não considera a homossexualidade como doença mental, distúrbio ou perversão, mas sim estabelece como princípio ético a não discriminação, fazendo parte da sua profissão a reflexão sobre o preconceito e estigmatizações contra comportamentos ou práticas homoeróticas.

A resolução 01/99 do CFP estabelece que profissionais da Psicologia não podem desenvolver qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas. Sendo assim, a resolução determina que “os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”, e “não se pronunciarão e nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica”.

As homossexualidades não são doenças mentais, portanto, curá-las é infringir a própria ética da psicologia e da medicina. Sabe-se que a motivação para essas audiências públicas vem de interesses privados de específicos grupos religiosos. A psicologia, porém, parte de um princípio de ética do sujeito através da qual as crenças e dogmas do psicólogo não podem ser a base do seu trabalho. Portanto, é absolutamente incongruente essa audiência pública. Os princípios fundamentais do Código de Ética da Psicologia apontam que:

- I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nós do GT Sexualidades, Política e Psicologia da ANPEPP repudiamos essa tentativa ou qualquer outra que coloque em risco a integridade dos sujeitos. Reafirmamos, portanto, a importância da ética da psicologia que prevê o atendimento psicológico não baseado em crenças e preconceitos, mas sim que proporcione o respeito e a promoção da igualdade, de acordo com os princípios fundamentais do Código de Ética da Profissão da Psicologia.

GT Sexualidades Política e Psicologia